

07 ABR 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# CNJ pelo avesso

Sugestão de Lewandowski pode esvaziar poderes do órgão de controle externo do Judiciário, que já deu mostras de sua importância

Em condições normais, não causaria maior comoção a notícia de que o Conselho Nacional de Justiça conhece nova ameaça a seu funcionamento. Durante quase dez anos de existência, e mesmo antes de ser criado, o CNJ enfrentou com sucesso a resistência de magistrados descontentes com o órgão de controle externo do Judiciário.

Há algo de insólito, contudo, na atual discussão sobre reduzir os poderes do conselho. A proposta, desta vez, parte de ninguém menos que o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ.

O risco está consolidado na minuta da nova Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), que Lewandowski apresentou aos colegas. Se por um deslize dos demais ministros o texto vier a ser encaminhado ao Congresso e aprovado sem alterações, o órgão de controle passará a controlar muito pouco.

Na sugestão mais bizarra, pela arrogância e pelo corporativismo, um magistrado só poderia ser interrogado por outro magistrado de instância equivalente ou superior. Dos 15 conselheiros, só 3 integram tribunais superiores e atuariam livremente; 6, por outro lado, não sendo juizes, teriam as mãos atadas em processos disciplinares.

As limitações não param por aí. No que depender de Lewandowski, a Justiça Eleitoral ficaria a salvo da ação correcional do CNJ, enquanto os regulamentos editados pelo órgão perderiam muito de sua força.

Além disso, o projeto do ministro reabre o debate sobre a autoridade do conselho para julgar a situação de juizes independentemente da atuação das corregedorias nas cortes estaduais — tema que o Supremo já decidiu a favor do CNJ.

Imaginava-se que discussões dessa natureza tivessem sido superadas pelo próprio dinamismo do órgão. Medidas moralizadoras, como o combate ao nepotismo e aos supersalários, demonstraram a importância do CNJ na frente disciplinar, ao passo que iniciativas como o estabelecimento de metas e os mutirões carcerários atestaram seu valor no planejamento.

Tais conquistas, todavia, podem ser postas a perder pelo ministro Ricardo Lewandowski. Além das modificações na Loman, ele criou dois conselhos consultivos para assessorar a presidência do CNJ. Um é formado por presidentes de associações de classe da magistratura; o outro, por presidentes de Tribunais de Justiça.

Eis o tamanho do retrocesso em curso: não só o órgão criado para fiscalizar os magistrados corre o risco de perder os poderes para tanto, mas também os magistrados podem ganhar poderes para fiscalizar esse mesmo órgão.

Dificilmente um líder sindical agiria com tanta desenvoltura.

07 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Delação de doleiro é ilegal, diz ex-ministro do STJ em parecer

Segundo Gilson Dipp, acordo de Youssef é ilegal e  
provas coletadas a partir dele são 'imprestáveis'

**Ex-corregedor nacional  
de Justiça alega que  
doleiro descumpriu  
pacto anterior e não  
poderia ter feito outro**

MARIO CESAR CARVALHO  
DE SÃO PAULO

Considerado um dos maiores especialistas em lavagem de dinheiro e delação premiada, o ex-ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Gilson Dipp defende, em parecer que fez para um dos réus da Operação Lava Jato, que o acordo do doleiro Alberto Youssef é ilegal e que todas as provas coletadas nele são "imprestáveis".

O parecer do ex-ministro diz que há duas ilegalidades na delação do doleiro: 1) o acordo atual omite o fato de que ele descumpriu um pacto anterior, de 2003; e 2) falta credibilidade a Youssef para delatar quem quer que seja, já que ele mentiu e omitiu informações à Justiça antes.

Por isso, o advogado José Luis Oliveira Lima, que defende Erton Medeiros, presidente da Galvão Engenharia, ingressou nesta segunda (6) com um habeas corpus no STF (Supremo Tribunal Federal) em que

pede que a delação seja anulada e seu cliente, solto — ele está preso desde novembro.

O acordo do doleiro foi homologado pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo, em 19 de dezembro de 2014.

No acordo de 2003 Youssef omitiu o nome de um dos seus principais clientes: o deputado federal José Janene (PP-PR), réu do mensalão que morreu de problemas cardíacos em 2010. Foi Janene quem introduziu Youssef no mundo político do PP e, posteriormente, na Petrobras.

O advogado do doleiro, Antonio Augusto Figueiredo Basto, diz que não há ilegalidade no acordo (leia texto ao lado).

Outros delatores, como o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, afirmam que Medeiros pagava propina em obras da Petrobras. A empresa diz ter sido extorquida.

Autor de um livro sobre delação e ex-corregedor do Conselho Nacional de Justiça, Dipp afirma no parecer que o acordo de Youssef viola dois dos artigos da Lei do Crime Organizado (2013), que regula as colaborações: o que prevê a análise da personalidade do réu e o que determina o detalhamento das condições que regeram o acordo.

"A existência de acordo anterior descumprido constitui impeditivo ético e lógico para novo acordo", escreve. Sobre a personalidade do doleiro, Dipp expressa a opinião de que Youssef não preenche o requisito exigido pela lei.

"Uma vez quebrada a confiança não há mecanismo jurídico ou processual capaz de restabelecê-la", prossegue em outro trecho do parecer.

O advogado da Galvão Engenharia diz no pedido de habeas corpus que há outras ilegalidades no acordo, entre as quais o fato de o ministro Teori Zavascki ter concordado que a família do doleiro ficasse com um apartamento ava-

liado em R\$ 3,7 milhões. Os próprios procuradores diziam em denúncias anteriores ao acordo que o imóvel é produto de lavagem de dinheiro desviado da Petrobras.

Segundo Oliveira Lima, liberar o produto de crime para a mulher do delator viola o Código de Processo Penal, a Lei de Lavagem de Dinheiro e duas convenções internacionais das quais o Brasil é signatário: a de Mérida (sobre corrupção) e a de Palermo (crime organizado).

**CONTINUA**

07 ABR 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

> OUTRO LADO <

### Advogado de Youssef afirma que acordo não tem problemas

## CONTINUAÇÃO

A entrega do imóvel, diz ele, afronta o direito “de reparação do dano” que os políticos e Youssef causaram nas finanças da Petrobras.

**“A nova colaboração mostra-se imprestável por ausência de credibilidade do colaborador e omissão de informações importantes no termo do acordo; conseqüentemente, todos os atos e provas advindas também serão imprestáveis**

#### GILSON DIPP

Ex-ministro do STJ, em parecer encomendado pela defesa de Erton Fonseca, diretor da Galvão Engenharia, sobre a delação de Alberto Youssef

O advogado do doleiro Alberto Youssef, Antonio Augusto Figueiredo Basto, diz respeitar o conhecimento jurídico do ex-ministro do STJ Gilson Dipp, mas opina que ele “deveria estudar mais profundamente o acordo de delação” de seu cliente.

“Não há ilegalidade nenhuma na delação do Alberto. Tanto que ela já foi homologada pelo Supremo.” Para ele, o ministro Teori Zavascki não homologaria o acordo se todas as formalidades legais não fossem cumpridas.

Segundo Figueiredo Basto, não há omissão sobre o acordo anterior no que foi celebrado no ano passado no curso da Operação Lava Jato. “O acordo atual engloba o anterior. Acho que o ministro deveria estudar melhor o caso antes de sair por aí vendendo parecer”.

Segundo o defensor de Youssef, não há na legislação qualquer impeditivo para alguém que rompeu um acordo no passado fechar um novo pacto.

“Queria que ele [Gilson Dipp] me mostrasse na legislação onde está esse impedimento”, afirma.

Também não faz sentido, de acordo com Figueiredo Basto, a crítica de Dipp de que há omissões no acordo.

“Nunca vi um acordo de colaboração tão detalhado quanto o de Youssef. Por mais respeito que eu tenha pelo notório saber jurídico do ministro, esse parecer é uma aventura processual e revela o desespero das empreiteiras”, diz o advogado.

A assessoria de imprensa do Supremo informou que Zavascki só opina sobre essas questões no processo.

Os procuradores da Operação Lava Jato não quiseram se manifestar sobre o parecer de Gilson Dipp.

07 ABR 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Denunciado por desvio de dinheiro ex-juiz do caso Eike

Procuradoria acusa magistrado de pegar recursos  
apreendidos de traficante

**Justiça agora vai avaliar se abrirá processo; advogado afirma que juiz devolveu R\$ 599 mil do dinheiro desviado**

O Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra o juiz federal Flávio Roberto de Souza, na terça-feira (31), por falsidade ideológica e peculato. Souza é acusado de ter falsificado documentos e desviado dinheiro, apreendido num processo contra um traficante, para comprar um carro de luxo e um apartamento para ele próprio.

Souza ficou nacionalmente conhecido após ter sido flagrado, em fevereiro, dirigindo o Porsche do empresário Eike Batista —veículo que ele mesmo havia apreendido.

O juiz foi afastado de suas funções na 3ª Vara Federal Criminal do Rio e do julgamento do empresário.

Ele foi denunciado agora em outro caso. Em depoimento à Corregedoria do TRF (Tribunal Regional Federal) da 2ª Região (Rio e Espírito Santo), Souza confessou ter desviado R\$ 836 mil, incluindo euros e dólares, do traficante espanhol Oliver Ortiz de Zarate.

Na denúncia, os procuradores pedem que Souza perca o cargo ou que tenha eventual aposentadoria cassada.

Procurado pela Folha no início da tarde desta segunda (6), o advogado do juiz, Renato Tonini, disse que seu cliente não se manifestaria naquele momento pois ainda não havia tomado conhecimento da denúncia.

No início da noite, Tonini apresentou à Justiça guia pela qual seu cliente teria devolvido R\$ 599 mil do dinheiro desviado.

A Justiça vai avaliar agora se aceita a denúncia e abre processo contra o juiz.

A denúncia detalha, com base em diversos depoimentos e provas documentais, como o juiz mentiu, falsificou documentos e sumiu com o processo contra o traficante para desviar os recursos que haviam sido apreendidos.

### CARRO BLINDADO

Com o dinheiro, Souza comprou um Land Rover Discovery, blindado, no valor de R\$ 148.591, e um apartamento declarado por R\$ 650 mil.

O traficante espanhol foi preso em 2013. Além do dinheiro, os policiais federais apreenderam uma Ferrari e

uma moto Harley-Davidson, entre outros veículos. A Ferrari e a moto foram a leilão.

Os reais apreendidos com Zarate e sua quadrilha, mais os valores apurados no leilão, foram depositados em conta judicial na Caixa Econômica Federal. O dinheiro em moeda estrangeira ficou sob a guarda do Banco Central.

No processo contra o traficante, segundo a denúncia, Souza forjou documentos para que os recursos fossem transferidos para a conta da agência de automóvel da qual ele comprou a Land Rover.

Uma funcionária da Justiça Federal detectou a fraude e informou ao juiz, acreditando que se tratava de equívoco. Mesmo assim, Souza deu outro despacho mantendo a transferência para a agência de automóveis.

Em uma manobra para enganar o BC, ele citou no processo que duas pessoas reivindicavam a propriedade dos recursos em moeda estrangeira apreendidas com o traficante, alegando que se referia a uma operação imobiliária que havia sido suspensa com a prisão de Zarate. Segundo o MPF, as pessoas simplesmente não existiam.

**CONTINUA**

07 ABR 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Souza ordenou, então, que US\$ 150.617 e € 108.170 mantidos sob a guarda do BC fossem levados ao edifício da 3ª Vara Federal Criminal. Os recursos foram guardados num cofre, do qual ele mantinha a chave. Segundo a denúncia, em 5 de fevereiro, o juiz “subtraiu” o dinheiro.

07 ABR 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### Jovem é estuprada em estação de Metrô de SP

Mulher de 18 anos trabalhava em cabine na Estação República, no centro da cidade

A operadora de uma cabine de recarga de Bilhete Único da Estação República do Metrô, no centro de São Paulo, foi estuprada na noite de quinta-feira (2).

A mulher, de 18 anos, é funcionária da Prodata Mobility, empresa que presta serviço de bilhetagem para o Metrô.

Segundo declarações da vítima a um boletim de ocorrência interno do Metrô, ela encerrava as atividades na cabine por volta das 23h30.

Ao abrir a porta, a jovem foi surpreendida por um indivíduo pardo, de aproximadamente 1,75 m de altura, complexão forte e roupa social.

O homem amarrou suas mãos atrás das costas com fita adesiva, tirou a roupa da vítima e praticou ato sexual.

Em seguida, o estuprador abriu a porta para a entrada de um segundo indivíduo, que seria pardo, de 1,80 m de altura e roupa social. Os dois tentaram ainda abrir o cofre para levar o dinheiro da cabine, mas não tiveram sucesso.

Até a noite desta segunda-feira (6), a Secretaria da Segurança Pública (SSP) não se pronunciou sobre o caso.

Segundo o diretor de contratos da Prodata, José Carlos Martinelli, o assaltantes destruíram o sistema de câmeras da cabine, mas o equipamento foi encaminhado para a polícia para ser restaurado.

Em um comunicado, o Metrô informou que "a Companhia vem prestando todo o auxílio à polícia, inclusive cedendo imagens dos circuitos de vigilância, para ajudar na investigação".

### PAINEL DO LEITOR

#### Maioridade penal

Parabéns pelo excelente editorial "Paraiso penal" ("Opinião", 5/4), que mostra o caráter populista e irracional das medidas que o Congresso está tomando sobre a maioridade penal e o aumento de penas. A forma de reduzir a impunidade é investir mais na polícia, como foi feito com a PF. O que leva os jovens a cometer delitos é o baixo índice de crimes solucionados. O índice de assassinatos que receberam punição no Brasil é inferior a 8% contra mais de 80% na Alemanha, por exemplo. Esse dado é tão baixo porque o número de policiais é relativamente pequeno quando comparado ao de países ricos.

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, ex-ministro da Fazenda - governo Sarney e professor emérito da Fundação Getúlio Vargas (São Paulo, SP)

Sem preconceitos, a Folha deveria entender melhor as razões dos que querem a redução da maioridade penal. Sabemos que, por si só, ela não vai resolver o problema da violência. Ela significa, porém, atribuir responsabilidade penal à pessoa que pratica o crime deliberadamente. A redução, sobretudo, está baseada num princípio ético, cuja aplicação visa diminuir a sensação de impunidade. Ora, se o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 25 anos de vigência, demonstrou grande inadequação com a realidade do crime, por que não dar uma chance à mudança?

JORGE ALBERTO QUADROS DE CARVALHO SILVA, juiz de direito (São Paulo, SP)

### PAINEL

**Dossier** Opositores da escolha de Mauro Campbell para o STF levaram ao Planalto uma lista de decisões do ministro do STJ que criaram despesas para a União.

**E o ajuste?** O objetivo era indicar que Campbell, no STF, tenderia a votar contra o governo em questões sensíveis aos cofres públicos.

07 ABR 2015

# GAZETA DO POVO

## A superação do 1.º juiz cego do Brasil

Ricardo Tadeu Marques da Fonseca venceu as próprias limitações e hoje é desembargador do TRT-PR

| *Felippe Aníbal*

As vistas de Ricardo Tadeu Marques da Fonseca se escureceram definitivamente quando ele tinha 23 anos. Cursava, então, o terceiro ano de Direito na tradicional Faculdade do Largo São Francisco, na Universidade de São Paulo (USP). Com o apoio de colegas — que gravavam em fitas cassete a leitura dos livros, para que ele pudesse estudar —, Fonseca se formou com louvor. Seria apenas mais um capítulo da história de superação, estoicismo e trabalho. Pouco mais de duas décadas depois, ele se tornava o primeiro juiz cego do Brasil.

Fonseca foi nomeado desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) em 2009, indicado pelo então presidente Lula (PT). Com perfil sério e decidido de quem teve que brigar para vencer as adversidades, im-

primiu seu ritmo de trabalho à equipe. Em quatro anos, zerou a fila de mais de mil processos que aguardavam julgamento. Analisa, em média, 400 casos por mês. “Aqui, o trabalho se impôs”, ressalta.

Para suprir a falta da visão, teve de se adaptar e criar um método próprio. Em sala, uma assessora lê os autos em voz alta. A partir de então, Fonseca memoriza o caso, destacando palavras-chave. No tribunal, a servidora menciona as palavras-chave e pronto: o processo brota na mente do desembargador que, então, pode dar andamento ao julgamento. “Ela é meu olho nas sessões”, sintetiza.

Desta forma, o desembargador se consolidou avesso a qualquer sentimento de pena ou de incapacidade. “Eu sempre quis ser juiz e nunca acreditei que não iria conseguir”, diz. Menciona outros grandes que superaram deficiências — como Beethoven (que compôs a nona sinfonia depois de surdo), o escultor Aleijadinho e o físico Stephen Hawking. “Não existe o ‘não pode’. Tudo é método. É questão de se encontrar o método adequado para fazer o que se quer.”

As dificuldades, no entanto, começaram já nos

primeiros instantes de vida. Fonseca veio ao mundo prematuramente — aos 6 meses de gestação. Por isso, nasceu com retinopatia da prematuridade, doença que lhe deixou com baixíssima visão. Enxergava apenas borrões coloridos, sem contornos nem detalhes. “Eu não distinguia rostos ou flores. Tinha uma visão impressionista”, define.

Filho de um executivo de multinacional e de dona-de-casa, Fonseca teve as primeiras lições ainda em casa. Em meio a brincadeiras, a mãe o ensinou a ler e a fazer as primeiras contas, grafando grandes letras e números em uma lousa. Quando veio a idade escolar, a família optou por matriculá-lo em um colégio normal, e não em escola especial.

Como não conseguia ler os livros, as professoras copiavam a matéria em letras maiores. “Foi um esforço maravilhoso da minha mãe, que nunca me deixou pensar que eu era incapaz, que eu não podia. Eu sempre pude”, observa.



**Leia mais**

sobre a história do juiz Ricardo Tadeu Marques da Fonseca no site da Gazeta do Povo: [www.gazeta-dopovo.com.br/vidaecidadania](http://www.gazeta-dopovo.com.br/vidaecidadania)

**CONTINUA**

07 ABR 2015  
GAZETA DO POVO  
CONTINUAÇÃO



Ricardo Tadeu Marques da Fonseca em seu escritório.  
Tornou-se desembargador do TRT-PR em 2009.

## FORA DO TRIBUNAL

**“Direito é técnica; Justiça é arte”**

Nas paredes da sala, um quadro estilizado de São Francisco de Assis ganha destaque. Imagens e gravuras do santo também estão em outros cantos. Apesar de ser espírita, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca gosta do exemplo do frade italiano que viveu no século 12. “Me agrada essa ideia de ser um ‘instrumento de Deus’. Toda vez que vou fazer algo importante, rezo a oração do Pai Nosso”, confessa. Longe dos tribunais, o desem-

bargador tem outra paixão: a música. Passa noites ouvindo programas de música clássica, mas não deixa de estar atento à MPB (aos velhos e novos nomes). Ele próprio canta e toca violão – jura que o faz muito bem. Chegou a se apresentar duas vezes na TV Educativa, cantando ao vivo “Cordas de Aço” (de Cartola) e “Apaga o fogo, Mané”, (de Adoniran Barbosa). “Este lado é importantíssimo. Direito é técnica; Justiça é arte”, filosofa. Fonseca veio a Curitiba em 2002, para cursar doutorado na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nesta época,

contratou duas “ledoras”, que liam os livros para ele. “Nesta época, vi tudo que queria: [Max] Webber, [Karl] Marx, Montesquieu...”. Ele só lamenta não haver variedade de áudios de literatura brasileira. Com duas filhas, Fonseca diz que um dos pontos altos de sua vida foi a posse como desembargador, da qual o então presidente Lula fez questão de participar. Nunca um presidente havia participado de um evento oficial como este, em um tribunal. “Foi uma grande honra, porque o Lula veio aqui para sacramentar a quebra de um tabu”, destaca. **(FA)**



07 ABR 2015

# GAZETA DO POVO

## Governo envia novo projeto de reforma da previdência

Rogério Waldrigues Galindo

O governo do Paraná enviou nesta segunda-feira (6) à Assembleia Legislativa o projeto de reforma da previdência do funcionalismo público estadual afirmando que, dessa vez, a proposta foi “discutida exaustivamente”. O projeto prevê que o pagamento de 33 mil servidores com idade acima de 73 anos passará a ser realizado pelo Fundo Previdenciário da Paranaprevidência — uma espécie de “poupança” que vem sendo formada pelo estado desde o governo Jaime Lerner. Hoje, esses inativos são pagos com recursos do tesouro estadual.

A reforma irá economizar mensalmente R\$ 125 milhões do caixa do governo. O projeto anterior, que previa a fusão do Fundo Previdenciário com o Fundo Financeiro, gerava uma economia mensal maior, de R\$ 250 milhões.

Hoje, o estado gasta por mês cerca de R\$ 300 milhões do tesouro com o pagamento de aposentados e pensionistas.

No entanto, o funcionalismo se rebelou contra a primeira versão da proposta, que na prática acabava com a “poupança” do estado em três anos. No início de fevereiro, o envio da proposta à Assembleia Legislativa levou a uma ocupação do plenário e causou uma greve de professores da rede pública que atrasou em um mês o início do ano letivo nas escolas.

### Debates

A nova proposta foi debatida com os servidores, com o Ministério Público e com a Assembleia Legislativa, entre outras instituições. “Fizemos da maneira mais democrática possível. E ainda vamos fazer uma audiência pública nesta quarta-feira [8]”, disse o secretário-chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra (PSD).

A audiência pública, com a participação do secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, ocorrerá na Assembleia Legislativa no início da tarde de quarta (8).

### Compromisso

Para garantir que o pagamento dos inativos ocorrerá regularmente, o governo do estado também se comprometeu a investir mais R\$ 1 bilhão no Fundo Previdenciário — o dinheiro provavelmente virá dos royalties pagos por Itaipu.

Pelo projeto, o dinheiro poderá ser pago no Fundo Previdenciário até 2021 — já no mandato do próximo governador. Segundo o governo, as medidas garantem que a “poupança” do estado, desse modo, vai durar 29 anos.

07 ABR 2015

GAZETA DO POVO

# Relator sinaliza pela absolvição de Justus

Missionário Ricardo Arruda (PSC) diz que vai se basear em decisão do Tribunal de Justiça, que, há dois meses, negou afastamento do ex-presidente da Assembleia

*Euclides Lucas Garcia*

Logo após ser designado relator do caso envolvendo o deputado estadual Nelson Justus (DEM) no Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Paraná, o parlamentar Missionário Ricardo Arruda (PSC) sinalizou que deve absolver o colega. Sem ao menos ler o conteúdo da denúncia criminal oferecida contra Justus ao Judiciário pelo Ministério Público, Arruda indicou que vai basear seu parecer na decisão do desembargador Guilherme Freire Teixeira que negou o afastamento liminar do parlamentar, até que o Tribunal de Justiça decida se aceita ou não o processo. Nos bastidores, a estratégia era defendida por aliados de Justus desde a semana passada.

Apesar de o caso de Justus ter se iniciado formalmente apenas nesta segunda-feira (6) no Legislativo, o cenário aponta para um jogo de cartas marcadas. Após Arruda ter sido escolhido relator pelo presidente do Conselho de Ética, Pastor Edson Praczyk (PRB) — nenhum integrante se ofereceu para ficar com o posto —,

o parlamentar do PRB foi notificar Justus da abertura do processo disciplinar. Mesmo tendo prazo de cinco sessões plenárias para apresentar defesa, o ex-presidente da Assembleia entregou seus argumentos imediatamente.

Tão logo recebeu o documento, Arruda afirmou que ainda não havia lido a denúncia criminal do MP, de 43 mil páginas, nem a defesa de Justus, de cerca de dez páginas. No entanto, o parlamentar deu todos os indícios de que votará pelo arquivamento do caso, no relatório que irá apresentar em 30 dias. “Vou me basear pelo tribunal. Se ele for inocentado, não terá punição nenhuma”, declarou.

Em fevereiro, ao receber a denúncia do MP, o desembargador Guilherme Freire Teixeira se manifestou contrário ao afastamento liminar de Justus do cargo de deputado. Ainda corre, porém, o prazo de notificação e defesa prévia para, então, o TJ decidir se aceita ou não a denúncia.

Além disso, tramitam em outras esferas judiciais mais pedidos de afastamento de Justus da Assembleia, por improbidade administrativa. Dois pedidos de liminar em novas ações civis ajuizadas nas últimas semanas em decorrência da denúncia do Ministério Público ainda não foram julgados pela 2.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Varas de Fazenda Pública.

## Sem fatos novos

Em outra sinalização de que deve propor o arquivamento do processo disciplinar, Arruda disse que também vai basear sua decisão no regimento interno da Casa. Para aliados de Justus, não há fatos novos contra o parlamentar, como exigiria o regimento, em relação ao pedido de cassação feito pelo PV em 2010 e que foi arquivado pelo Conselho de Ética. “A investigação de 2010 não condenou. Se houve algo novo, tem que ser julgado novamente. Se não há algo novo, prevalece o que foi julgado”, defendeu o Missionário.

## Justus a Deus pertence

**D**urante anos administrador das finanças da Igreja Mundial do Poder de Deus — aquela dirigida pelo apóstolo Valdemiro Santiago —, o deputado Ricardo Arruda (PSC) será o relator do caso do deputado Nelson Justus, levado ao Conselho de Ética da Assembleia Legislativa. Foi indicado para a relatoria por outro parlamentar neo-pentecostal, o pastor Edson Praczik, da Igreja Universal do Reino de Deus, presidente do Conselho. Ligando-se o lé com o cré, tudo leva a crer — embora não seja uma questão de fé — que o futuro de Justus a Deus pertence.

Arruda é um homem de convicções cristãs firmes e acreditada — conforme discurso que pronunciou em 2013 quando exerceu mandato de deputado federal na condição de suplente — na missão de sua igreja de resgatar “milhões de pessoas da aflição e da insensatez, oferecendo-lhes um caminho de fé, solidariedade e dignidade, a partir do qual podem reconstruir suas vidas no plano material e espiritual, e assim, contribuir para todo avanço da sociedade”.

Tais convicções poderão agora ser aplicadas por Arruda quando da elaboração do seu relatório sobre o deputado Nelson Justus, contra quem pesa a acusação de contratações de comissionados às pencas para seu gabinete e de desvios milionários na Assembleia no período em que exerceu, por quatro anos, a presidência da Casa.

Além do Além, o relator-deputado-missionário Ricardo Arruda poderá ser influenciado pela opinião do presidente do seu partido, o secretário estadual do Desenvolvimento Urbano, Ratinho Jr. Quando do “pacotão” de fevereiro, Ratinho orientou os 12 deputados da bancada do PSC, a mais numerosa e decisiva da Assembleia, que se posicionassem “de acordo com suas consciências pessoais”.

Dez deles, conscientemente, aderiram à ideia de aprovar a votação do “pacotão” em regime de Comissão Geral. No dia seguinte tiveram de embarcar no camburão para voltarem à Assembleia. Arruda estava entre os passageiros do camburão. Apenas dois deputados do PSC foram contra a instalação da Comissão Geral: Paranhos e Evandro Araújo.

### CRIMINALIZAÇÃO

#### Criminalização 1

O líder do governo na Assembleia, deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB), condenou nesta segunda-feira (6) o que chamou de “tentativa de criminalizar” o governador Beto Richa (PSDB) envolvendo-o no caso do primo Luiz Abi — privilegiado frequentador de gabinetes do Palácio Iguaçu e atualmente investigado por suposta fraude em licitação de oficinas mecânicas para manutenção da frota oficial. Romanelli respondia a um discurso do líder da oposição, deputado Tadeu Veneri (PT), que se mostrava surpreso com a dificuldade do governador de admitir parentesco ou maior proximidade com Abi.

#### Criminalização 2

Para Romanelli, a pretensa criminalização parte da imprensa, que diariamente revela fatos até da vida privada da família do governador e que não dizem respeito ao interesse público. Um dos fatos foi a recente descoberta de que a primeira-dama Fernanda Richa foi sócia da mulher de Luiz Abi numa empresa de ensino universitário em Londrina. Romanelli tem razão: não se pode recriminar (ou criminalizar) negócios particulares lícitos da família — em compensação, os críticos também têm razão: já não é mais possível Beto Richa negar que mantinha com Abi apenas fortuito “convívio social”.

07 ABR 2015

# GAZETA DO POVO

➔ OPERAÇÃO VOLDEMORT

## Contador diz que Abi ficaria com valor devido à oficina

LONDRINA

Fábio Silveira, do JI.

O empresário Luiz Abi Antoun, parente do governador Beto Richa (PSDB), iria ficar com os R\$ 280 mil que o governo do estado devia para a Providence Auto Center, por serviços que já tinham sido prestados, segundo depoimento do contador José Wilson de Souza. O pagamento não chegou a ser feito.

O depoimento de Souza foi prestado no dia 16 de março, quando foram cumpridos os mandados de prisão contra Abi, Ismar Ieger, que aparece como proprietário da empresa, e mais três pessoas, na deflagração da Operação Voldemort. De acordo com as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecco), Abi seria o verdadeiro dono da oficina e Ieger seria um "laranja".

A Providence ganhou a licitação realizada em dezembro para um contrato emergencial para o conserto dos carros do governo na região. O Ministério Público ofereceu denúncia contra o grupo supostamente liderado por Abi alegando que a licitação foi fraudada.

No depoimento, Souza toca no assunto ao ser questionado pelo promotor Renato Lima Castro sobre uma conversa por telefone que ele manteve com José Carlo Lucca, advogado de Abi e que também é réu no processo — o diálogo foi interceptado com autorização judicial.

Souza diz que "a situação estava 'complicada'" e afirmava que "o rapaz poderia sair do esquema quando clareasse o negócio". No depoimento, o contador explicou que "o rapaz" era Ismar Ieger e que a expressão "clarear o negócio" se referia à dívida de R\$ 280 mil do governo com a oficina pelos serviços já prestados. "Com a efetivação do pagamento, Luiz Abi pretendia receber integralmente o valor pago", disse Souza ao MP.

Souza relata ainda que foi contratado por Abi através de Lucca para fazer um relatório sobre "a saúde financeira da Providence". Segundo o contador, sua contratação "causou constrangimento e desconfiança" em Ieger, que entendeu que Abi estaria desconfiando dele.

Procurado, o advogado Antônio Carlos Coelho Mendes, que defende Abi, não quis se pronunciar, assim como Mauro Martins, advogado de Ieger.

### Dinheiro vivo

Ainda de acordo com Souza, foi Abi quem realizou "todos os investimentos e todos os pagamentos da empresa [Providence]". Segundo ele, os pagamentos eram feitos em dinheiro — o contador disse ter ouvido do advogado José Carlos Lucca que Abi entregaria o dinheiro a Roberto Tsuneda, sócio minoritário da KLM, e este faria os pagamentos. Na ação proposta na semana passada, o Ministério Público afirma que foram R\$ 423 mil.

07 ABR 2015

## GAZETA DO POVO

» POLÊMICA

# PM censura WhatsApp de policiais

Memorando interno determina que os policiais peçam autorização de seus superiores para enviar mensagens que mencionam a corporação

| *Felippe Anibal e Diego Ribeiro*

A Polícia Militar (PM) do Paraná apertou ainda mais a mordça que já impedia policiais de se manifestarem publicamente. Desta vez, a corporação decretou a censura de mensagens que, eventualmente, os militares queiram repassar via aplicativos — principalmente o WhatsApp — de seus celulares particulares. O conteúdo terá de ser analisado previamente pelos superiores hierárquicos antes de ser disparado, sob pena de punição.

A determinação consta do memorando-circular 69/2015, a que a **Gazeta do Povo** teve acesso. Segundo o documento assinado pelo corregedor-geral da PM, coronel Arildo Luiz Dias, “toda mensagem ou conteúdo degradante, difamatório ou calunioso ou que exponha a corporação” terá de ser avaliado pelos comandantes, diretores ou chefes das unidades. Em caso de desobediência, os militares ficam sujeitos à ação disciplinar.

O memorando ressalta que, além dos policiais que postarem originalmente as mensagens, quem “conhecendo ou devendo conhecer sua natureza imprópria” repassá-las ou difundi-las também será sancionado na mesma medida.

Entre as justificativas do documento, Dias indica que a determinação é uma tentativa de silenciar a tropa. “Oficiais e praças, irregular e ilegalmente, têm tecido comentários desairosos, ofensivos, difamatórios e/ou caluniosos em desfavor de

empresas e instituições”, diz o texto.

Um policial militar, que pediu para não ser identificado, contestou o memorando e ressaltou que a Constituição Federal não diferencia o militar do cidadão comum. “Isso é absurdo. Viola os direitos humanos, inclusive”, afirmou.

### Constituição

Três décadas depois do fim da Ditadura Militar, a PM do Paraná ainda é regida pelo Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). Apesar de ter sido atualizada, a norma abre precedentes para que a corporação continue a impor censura a seus militares. Mais do que os limites legais, o RDE parece contribuir para perpetuar a cultura do “obedecer sem questionar”.

O Decreto Estadual 9.192/2010, de certa forma, protegia os militares, ao proibir a instauração de processos ou sindicâncias contra servidores estaduais que exercessem o direito de expressão. O Decreto 8.827/2013, assinado pelo governador Beto Richa (PSDB), no entanto, colocou uma brecha nessa garantia. A norma estabeleceu como exceção “as manifestações que configurem transgressão da disciplina militar”.

Tanto o RDE quanto o Decreto 8.827 conflitam com o artigo 5.º da Constituição, que garante aos cidadãos o direito à livre expressão, “independentemente de censura ou licença”.

CONTINUA

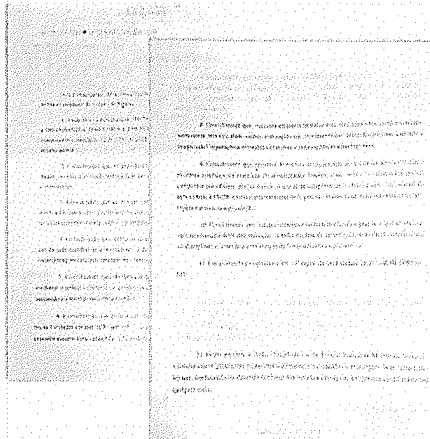
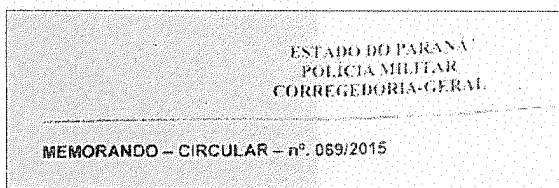
07 ABR 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### MORDAÇA DA PM

Memorando da Corregedoria da PM aperta o cerco contra críticas feitas pelos policiais via WhatsApp e Facebook.



7. Considerando que, oficiais e praças, irregular e ilegalmente, têm tecido comentários desairosos, ofensivos, difamatórios e/ou caluniosos em desfavor de pessoas, empresas e instituições, em maior número por intermédio da ferramenta WhatsApp e em menor número por intermédio do facebook:

a) Que toda mensagem ou conteúdo degradante, difamatório ou calunioso ou que exponha a Corporação ou seus membros seja avaliada pelos Comandantes, Diretores ou Chefes, no exercício de suas atribuições de Polícia Judiciária Militar ou de sua Competência Disciplinar, sem prejuízo da atuação suplementar deste órgão central de correição;

Curitiba, em 23 de março de 2015.

Assinado no original  
Coronel QOPM Arildo Luiz Dias  
Corregedor-Geral.

Fonte: Redação.  
Infografia: Gazeta do Povo.

### OUTRO LADO

#### Norma também tem o objetivo de evitar o uso do celular, diz PM

Em nota, a PM do Paraná afirmou que o memorando interno da corporação não se trata de proibição ou censura e que o

documento está pautado em orientações baseadas em casos constatados de postagens ofensivas à corporação. O texto explica ainda que a circular também tem o objetivo de evitar que policiais militares utilizem o celular durante o serviço. "[Uso do celular] desvia a

atenção do que realmente importa: a prestação de serviço à comunidade", diz a nota. A Associação dos Praças do estado, Apra-PR, disse que vai entrar com uma ação na Vara de Justiça Militar para garantir o direito à livre expressão dos policiais militares do Paraná.

07 ABR 2015

## GAZETA DO POVO

### **Colégio é condenado a indenizar aluno após esquecê-lo em excursão**

O colégio Centro Paulista de Cultura Anglo Americana, localizado em Mogi das Cruzes, São Paulo, terá de indenizar um aluno em R\$ 12 mil depois que o estudante foi esquecido em um parque de diversões após uma excursão promovida pela escola. A decisão foi da 16ª Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, que julgou ser obrigação da instituição controlar a presença dos participantes. A saída do parque de diversões estava marcada para 22h30 e foi comunicada aos alunos, porém, um deles se esqueceu do horário. O estudante pediu ajuda aos funcionários do parque, que ligaram para a mãe dele. Sem conseguir um táxi para voltar, o jovem de 16 anos teve de pernoitar no parque com os seguranças.

### **BESSA**

#### **Fux aqui**

O ministro Luiz Fux, do STF, vem a Curitiba na próxima sexta-feira para fazer a abertura do encontro "Economia Criativa e Direitos Autorais". Ele vai falar sobre a atualização da Lei de Direitos Autorais frente às novas tecnologias. O evento é promovido pelo Sindicato da Indústria Audiovisual do Paraná e pela OAB-PR. A abertura será às 14h30, na Fiep.

### **AÇÃO PENAL**

#### **Corrupção na estatal é "criminalidade de Estado" para Youssef**

O doleiro Alberto Youssef, personagem central da Operação Lava Jato, afirma que o esquema de corrupção e propinas na Petrobras é resultado de "uma verdadeira criminalidade de Estado". Nos autos da ação penal sobre superfaturamento nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, a defesa do doleiro sustenta, em alegações finais, que a organização criminosa "usou a estrutura do próprio Es-

tado para corromper e intimidar".

Youssef, segundo investigado da Lava Jato que fez delação premiada, refuta o papel de líder da trama que abalou a estatal petrolífera e revelou a formação de cartel de empreiteiras e repasses de dinheiro ilícito para políticos — pelo menos 50 deputados, senadores, governadores e ex-parlamentares são investigados. No documento de 23 páginas entregue em março à Justiça Federal no Paraná, base da Lava Jato, o doleiro pede absolvição ou perdão judicial. Na pior das hipóteses uma pena branda.

07 ABR 2015

# GAZETA DO POVO

## MPF denuncia ex-juiz do caso Eike por desvio de dinheiro

RIO DE JANEIRO  
Folhapress

Reprodução/Rede Globo



Juiz foi afastado do caso Eike.

O Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra o juiz federal Flávio Roberto de Souza, na terça-feira passada (31), por falsidade ideológica e peculato. Souza é acusado de ter falsificado documentos e desviado dinheiro, apreendido num processo contra um traficante, para comprar um carro de luxo e um apartamento para ele próprio.

Souza ficou nacionalmente conhecido após ter sido flagrado, em fevereiro, dirigindo o Porsche do empresário Eike Batista — veículo que ele mesmo havia apreendido. O juiz foi afastado de suas fun-

ções na 3ª Vara Federal Criminal do Rio e do julgamento do empresário.

Ele foi denunciado agora em outro caso. Em depoimento à Corregedoria do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região (Rio e Espírito Santo), Souza confessou ter desviado R\$ 836 mil, incluindo euros e dólares, do traficante espanhol Oliver Ortiz de Zarate. Na denúncia, os procuradores pedem que Souza perca o cargo ou que tenha eventual aposentadoria cassada.

Procurado no início da tarde desta segunda-feira (6), o advogado do juiz, Renato Tonini, disse que seu cliente não se manifestaria naquele momento pois ainda não havia tomado conhecimento da denúncia. No início da noite, Tonini apresentou à Justiça guia pela qual seu cliente teria devolvido R\$ 599 mil do dinheiro desviado.

### Processo

A Justiça vai avaliar agora se aceita a denúncia e abre processo contra o juiz. A denúncia detalha, com base em diversos depoimentos e provas documentais, como o juiz mentiu, falsificou documentos e sumiu com o processo contra o traficante para desviar os recursos que haviam sido apreendidos.

Com o dinheiro, Souza comprou um Land Rover Discovery, blindado, no valor de R\$ 148.591, e um apartamento declarado por R\$ 650 mil.

O traficante espanhol foi preso em 2013. Além do dinheiro, os policiais federais apreenderam uma Ferrari e uma moto Harley-Davidson:



07 ABR 2015

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DO LEITOR

### **Maioridade penal 1**

A afirmação de que a prisão não recupera ninguém deveria servir de referência para a discussão das formas de enfrentamento do sério problema que é o envolvimento de jovens com a criminalidade (**Gazeta**, 5/4). A tentativa de redução da maioridade penal vem sendo discutida há mais de 20 anos. E, lamentavelmente, não se colocou em prática as políticas sociais para que os adolescentes tivessem outra motivação. E agora áreas conservadoras tentam mudar a legislação. Uma atitude simplista e que não vai resolver o problema. Essa questão, por sinal, deveria levar os especialistas em questões sociais a discutir alternativas. E que não se pense apenas em ações repressivas.

Uriel Villas Boas, Santos - SP

### **Maioridade penal 2**

Se jovens de 16 anos não têm maturidade para assumir os crimes que cometem, eles também não têm para votar, eleger o Congresso – que estabelece as leis que temos que respeitar –, nem para escolher o presidente da República. Ou são maduros para tudo aos 16 anos, ou não são para nada. Idades distintas para a maturidade é uma completa incoerência.

Ronaldo Gomes Ferraz, Rio de Janeiro - RJ

### **Maioridade penal 3**

O que vai adiantar a redução da maioridade penal? Temos no Brasil uma das maiores populações carcerárias do planeta e tudo isso só vai aumentá-la. Precisamos perguntar a nós mesmos o que queremos: justiça ou vingança? Se quiséssemos justiça, estaríamos preocupados com a coletividade e menos com nós mesmos e nossos sentimentos egoístas; olháramos mais em nossa volta e menos para nossos próprios umbigos. Vivemos no mundo que nós próprios construímos. Se ele é assim, deve-se às nossas atitudes ou por falta delas. Pense nisso, comece votando melhor; não vote mais nos mesmos e nas velhas oligarquias. Investindo bem o dinheiro público, teremos resultados.

Marcelo Rocha

### **Maioridade penal 4**

Sou totalmente a favor da diminuição da maioridade penal. Qualquer pessoa com 12, 13 anos já sabe o que está fazendo; mas a proposta é que a redução seja para os 16 anos. Os adolescentes em conflito com a lei também sabem que podem matar, roubar e que "vai ficar por isso mesmo".

Carlos Colorado

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Mantida ação penal contra juíza e advogado acusados de corrupção

07 ABR 2015

Por unanimidade, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso em habeas corpus interposto por uma juíza e um advogado trabalhista contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) que manteve ação penal aberta contra ambos. Eles são acusados de corrupção passiva e ativa, respectivamente.

Segundo a acusação, no exercício do cargo em vara trabalhista no estado do Rio de Janeiro, a juíza teria recebido vantagem indevida paga pelo advogado com a finalidade de obter decisões favoráveis aos seus clientes, além de apoio, facilidades e favores no patrocínio de suas causas.

O advogado teria custeado a realização de obras em um imóvel de propriedade da juíza.

Inicialmente, o TRF2 determinou o trancamento da ação penal, mas a decisão foi reformada em embargos de declaração apresentados pelo Ministério Público Federal.

A juíza e o advogado recorreram ao STJ alegando, entre outros pontos, nulidade no julgamento dos embargos por violação ao princípio da identidade física do juiz; falta de justa causa; ausência da tipicidade da conduta; e prescrição da punibilidade, uma vez que os supostos crimes teriam ocorrido em 2002. Requereram o trancamento da ação penal.

## Para Quarta Turma, incapacidade mental não impede reconhecimento de danos morais

O Banco do Brasil terá de pagar indenização por danos morais a um correntista que sofre de demência irreversível. Seguindo o voto do relator, ministro Luis Felipe Salomão, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que, apesar da doença, o correntista é passível de sofrer dano moral.

“A configuração do dano moral não se verifica no aborrecimento ou no constrangimento por parte do prejudicado, mas, ao revés, o dano se caracteriza pelo ataque a direito personalíssimo, no momento em que atingido o direito”, acrescentou Salomão.

A filha, que é curadora do pai, ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais alegando que houve diversos saques indevidos em sua conta bancária. Em primeira instância, o banco

foi condenado a pagar R\$ 10 mil por danos morais, além de restituir o valor dos saques.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) manteve a condenação por danos materiais, mas afastou os danos morais por entender que o correntista, sendo doente, nem sequer teve ciência dos saques em sua conta e do alcance do prejuízo financeiro.

“Para a configuração do dever de indenizar, é necessário que o dano tenha sido experimentado por aquele que o pleiteia, pois a integridade moral só pode ser defendida pelo seu titular”, consignou o TJMG. Contra essa decisão, houve recurso ao STJ.

O ministro Luis Felipe Salomão citou doutrinadores para concluir que o dano moral se caracteriza pela ofensa a certos direitos ou interesses.

07 ABR 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Vícios ocorridos durante inquérito policial não contaminam a ação penal

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região negou o pedido de habeas corpus impetrado pela defesa de um cidadão peruano denunciado por suposta prática de tráfico internacional de drogas.

Consta na denúncia que no dia 15/02/2013 o acusado encontrou outro cidadão peruano que o ofereceu dinheiro para que guardasse em sua residência uma mala contendo entorpecente (cocaina) oriundo do exterior. No dia seguinte, recebeu em sua casa a mala e duas balanças

eletrônicas de precisão.

Segundo a peça, no dia 17/02/2013, o apelante passou três horas preparando e embalando a droga. Neste mesmo dia, o outro cidadão peruano retirou a droga do local e teria feito o pagamento no valor de R\$ 350,00. No dia 19/02/2013, a Polícia Civil recebeu denúncia de que a casa do apelante era utilizada para o tráfico de entorpecentes. No mesmo dia, agentes da Polícia Civil foram até lá e encontraram a mala com forte cheiro de droga, as duas balanças e

um telefone celular, materiais que foram encaminhados à Polícia Federal sob fortes indícios da prática do crime de tráfico internacional de entorpecente.

O Juízo de primeiro grau, após analisar a denúncia, negou o pedido da defesa ao fundamento de que não há, nos autos, evidências de que não tenha sido assegurado ao paciente o direito ao silêncio. Afirmou ainda que eventuais irregularidades praticadas na fase do inquérito policial não viciam o processo.

# Cohab indenizará engenheiro a desistir de ação trabalhista para manter emprego

A Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab MG foi condenada a indenizar em R\$ 10 mil um engenheiro, ocupante de cargo em comissão, coagido a escolher entre manter o emprego ou prosseguir com ação trabalhista ajuizada contra a entidade. A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação, mas acolheu recurso da empresa e reduziu o valor da indenização, fixado inicialmente em R\$ 100 mil.

O engenheiro disse que exer-

cia a função de assessor e ajuizou ação anterior para voltar a receber biênios suprimidos pela Cohab, que, mesmo condenada a restituí-los pelo Tribunal de Contas da União (TCU), não vinha cumprindo a obrigação por meio de recursos protelatórios. Segundo ele, o presidente da companhia, em conversa com outros assessores engenheiros comissionados, disse que o ajuizamento de ação referente aos biênios romperia o “elo de confiança” com a empresa.

Condenada em primeira ins-

tância a pagar de R\$ 100 mil, a Cohab recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) alegando que a prova utilizada para a condenação era ilícita, pois se tratava da gravação da conversa do presidente da qual o engenheiro não participou. O relator do recurso da Cohab ao TST, desembargador convocado José Rêgo Júnior, entendeu que houve excesso da empresa no exercício do seu poder diretivo, dificultando a liberdade de ação do engenheiro.

07 ABR 2015

# FOLHA DE LONDRINA

# Abi investiu R\$ 500 mil na Providence

## Documentos comprovam que dinheiro teria sido usado na reforma do prédio da oficina, compra de equipamentos e despesas gerais

Loriane Comeli  
Reportagem Local

**D**ocumentos entregues ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) pelo contador José Wilson de Souza, contratado para avaliar a situação financeira da oficina Providence Auto Center, de Cambé (Região Metropolitana de Londrina), revelam que o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), investiu, entre março de 2013 e abril de 2015, mais de R\$ 500 mil na Providence, incluindo a reforma do prédio, compra de equipamentos e despesas gerais. Trata-se de mais uma evidência da operação Voldemort de que Abi era o dono de fato da oficina e que Ismar Ieger, que sempre trabalhou como mecânico, era um laranja do empresário.

Conforme depoimento do contador aos promotores do Gaeco, prestado em 16 de março, data da prisão de Abi e dos outros envolvidos na fraude para a contratação emergencial da Providence para prestar serviços de manutenção de veículos do Estado no Norte do Paraná - especialmente viaturas das polícias civil e militar -, as transferências de recursos à Providence eram sempre feitas em dinheiro e por meio da KLM,

empresa de propriedade de Abi e de Roberto Tsuneda, outro réu no caso.

Souza contou que “sempre soube que Abi realizava todos os investimentos e todos os pagamentos desta empresa”, mesmo estando a Providence registrada em nome de Ieger.

Também disse que “viu, em várias oportunidades, que Ieger realizava pagamentos da Providence em dinheiro, dinheiro este que era repassado por Tsuneda”, acrescentando que jamais a KLM repassou cheques à oficina mecânica. Segundo seu depoimento, “o advogado Lucca esclareceu que Abi realizava todas as entregas, em dinheiro, a Tsuneda”, incumbido de fazer os pagamentos para a Providence.

As declarações do contador reafirmam o que os denunciados conversavam por telefone, conforme escutas autorizadas pela 3ª Vara Criminal de Londrina e já revelado pela FOLHA. Em 4 de fevereiro, por exemplo, Tsuneda diz a Abi que Ieger precisa de dinheiro para pagar contas, inclusive para pagar uma motocicleta adquirida pela Providence. Abi responde a Ieger: “Viu, duzentos, cem reais, não regula muito não, tá? Se não desanima o cara...”

O contador disse ainda que foi contratado pelo advogado José Carlos Lucca, a pedido de Abi, para fazer uma relatório da “saúde financeira” da Providence, que havia acabado de firmar o contrato emergencial com o Estado no valor de R\$ 1,5 milhão por até 180 dias. Souza entregou aos promotores cópias de documentos e e-mails enviados por Tsuneda que confirmam o repasse de valores da KLM para a Providence.

Outro trecho do depoimento do contador que confirma o que as escutas telefônicas já haviam revelado é que a intenção do grupo era permanecer prestando serviços ao Estado mesmo após o final do contrato emergencial. A Providence seria subcontratada pela JMK, empresa que venceu licitação de R\$ 57 milhões para prestar serviço de manutenção da frota em todo o Paraná. O principal articulador da subcontratação seria o então diretor do Departamento de Transporte Oficial (Deto), Ernani Delicato, conforme já publicado pelo FOLHA.

**CONTINUA**

CONTINUAÇÃO

## MP quer saber a origem do dinheiro

CONTINUAÇÃO

Segundo Souza, Ieger teria lhe afirmado que “estava sendo pactuado entre os representantes legais da JMK e da Providence para que a Providence prestasse serviços para a JMK”. Na relação de oficinas contratadas, publicada no site da Secretaria de Administração e Previdência (Seap), não consta o nome da mecânica de Cambé.

KLM

A KLM é uma das empresas de Abi. Seus dois filhos – Kouthar Abi Antoun e Nemer Abi Antoun – são sócios da KLM e o próprio Abi fez parte da sociedade até 2012. Nemer é representado na sociedade pela sua mãe Eloiza Fernandes Pinheiro Abi Antoun. Ela é a atual vice-presidente da Sercomtel, por indicação da Copel, empresa que é sócia da companhia telefônica londrinense com 45% da ações.

O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, deferiu pedido dos promotores que atuam no Gaeco para que o delegado titular do caso apure “a origem dos investimentos feitos na Providence, tanto para constituir-la quanto para equipá-la ou para manter a realização dos serviços de manutenção dos veículos do Estado (ao menos meio milhão de reais, pelo que se apurou até agora)”.

O pedido do Ministério Público foi feito, na chamada cota ministerial, espécie de adendo da denúncia criminal já recebida por Nanuncio. Os promotores querem saber se os recursos empregados na abertura da oficina “são produto de crime anterior e, eventualmente, tais investimentos constituem lavagem de capital”.

A pertinência do pedido, dizem os promotores, está nos indícios evidentes “de que todo o dinheiro utilizado para constituir, equipar e manter os serviços foram empregados por Abi e Tsuneda, todavia sem o devido registro formal”. Os dois empresários, segundo o MP, “não possuem rendimentos oficiais capazes de dar suporte a tais despesas”. (L.C.)

07 ABR 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Anulada eleição da Mesa Executiva da Câmara de Jataizinho

Luis Fernando Wiltemburg  
*Reportagem Local*

**Jataizinho** - A juíza da Vara da Fazenda Pública de Ibioporã (Região Metropolitana de Londrina), Sonia Leifa Yeh Fuzinato, anulou no sábado a eleição da Mesa Executiva da Câmara de Vereadores de Jataizinho, realizada em dezembro passado. A ação foi impetrada por Adilson Gonçalves da Silva (PDT), o Dil, cuja chapa para a diretoria do Legislativo foi indeferida pelo então presidente, Alex de Faria (PRB). Ele tomou a decisão porque Cícero Aparécido Guimarães (PDT) inscreveu-se para a função de secretário nas duas chapas, mas sem consultar o plenário, levando à anulação.

Na sentença, a juíza determina que o vereador mais velho da Casa - Anilton Murari (PTC), o Polaco Serralheiro - assuma interinamente o comando, conforme determina o Regimento Interno, e convoque nova eleição em sessão extraordinária em até 72 horas, sob pena de multa de R\$ 1 mil por dia. A previsão é que ocorra depois de amanhã, às 17 horas.

Maurílio Martielho (PSD), o Bidu, eleito presidente em dezembro, disse que a Câmara deve recorrer, mas, se houver nova eleição, ele não pretende se candidatar.

Em dezembro passado, duas chapas se inscreveram para a Mesa Executiva do biênio

2015-2015, uma liderada por Bidu e outra por Dil. Guimarães, entretanto, entrou como secretário nas duas. Mesmo com a manifestação de Guimarães de renúncia da candidatura da primeira, o presidente indeferiu a inscrição da segunda, de forma tácita.

O grupo encabeçado por Bidu acabou eleito com cinco votos e com Jorge dos Santos Pereira (PPS), o Jorginho, na primeira secretaria. Dil, então, entrou com recurso na Justiça para reverter a decisão de Faria.

No despacho, a juíza destacou que a decisão não poderia ter partido exclusivamente do presidente, uma vez que o Regimento Interno manda, em seu artigo 206, os casos omissos serem decididos por votação em plenário. "Mesmo que apoiado em parecer jurídico, o impetrado unilateralmente decidiu sobre a questão, todavia, não lhe cabia tal prerrogativa, restando, assim, nula a decisão de indeferimento da chapa presidida pelo impetrante", escreveu a magistrada.

Faria disse ontem que é prerrogativa do presidente remeter ou não casos semelhantes a votação. "Eu segui a lei maior, a legislação eleitoral, que impede um candidato de sair em mais de uma chapa", afirmou. Ele disse que vai recorrer, se houver cabimento, e reclamou da interferência do Judiciário

no Legislativo. "Foram eleitos por cinco votos, foi decisão da maioria. Anular a eleição é uma afronta aos poderes políticos."

Cícero Guimarães não quis explicar o motivo de ter se inscrito em duas chapas e pediu que o advogado dele, Jordan Rogatte de Moura, fosse procurado. De acordo com ele, o vereador se inscreveu na segunda chapa após ter se arrependido de se participar da primeira, mas esqueceu de pedir a exclusão de seu nome.

07 ABR 2015

## FOLHA DE LONDRINA

# Justiça marca interrogatórios de empreiteiros da Lava Jato

Ricardo Brandt,  
Julia Affonso e  
Fausto Macedo

Agência Estado

São Paulo - A Justiça Federal no Paraná marcou os interrogatórios dos acusados em seis ações penais propostas pelo Ministério Público Federal em dezembro de 2014 contra dirigentes das empreiteiras Camargo Corrêa, UTC Engenharia, OAS, Mendes Júnior, Engevix e Galvão Engenharia por suposta participação em esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da Petrobrás.

Os empreiteiros foram presos no dia 14 de novembro de 2014, quando a Polícia Federal e o Ministério Público Federal deflagraram a Juízo Final, sétima fase da Operação Lava Jato. A Juízo Final mirou o braço empresarial do esquema de propinas na estatal petrolífera.

Os dois principais delatores da Lava Jato, Paulo Roberto Costa - ex-diretor de Abastecimento da Petrobras - e o doleiro Alberto Youssef serão interrogados em audiência conjunta nas ações penais nos dias 28 e 29 de abril. Nos dias 4, 6, 8, 11 e 13 de maio serão ouvidos os demais acusados. Também entre eles o ex-diretor de Internacional da Petrobras Nestor Cerveró e Fernando Antônio Falcão Soares, este apontado como lobbista do PMDB na estatal.

Desde o início das ações penais, foram ouvidas dezenas de testemunhas em outros Estados, a maioria por videoconferência. Atualmente, ainda estão sendo ouvidas as últimas testemunhas de defesa. O interrogatório dos acusados é o último ato de instrução no processo penal, sendo seguido pelos debates das partes e pelo julgamento.

## INFORME

### Menoridade penal

A cada momento mais argumentos favoráveis à redução etária na responsabilidade penal: agora em Curitiba um ataque de três menores vândalos destruindo e pilhando equipamentos de escola. É equívoco esperar baixa da criminalidade com a medida. Ademais ela acaba no STF por ser o instituto considerado por alguns constitucionalistas "cláusula pétrea".

## AGENDA

### Tribunal do Júri

Londrina - Nos próximos dias 23 e 24 de abril, das 19 às 22 horas, será realizado em Londrina o curso Preparatório para o Tribunal do Júri, numa realização da ESA. As inscrições estão abertas. No dia 23, o tema Noções Básicas e Desenvolvimento em Plenário será abordado pelos advogados Mário Francisco Barbosa, professor e coordenador da Comissão de Prerrogativas da Subseção de Londrina; e José Carlos Mancini Junior, coordenador da Comissão de Estabelecimentos Prisionais da OAB- Londrina. No dia 24, o ministrante será o advogado Adriano Sérgio Nunes Bretas, vice-presidente do Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal e membro da Comissão de Advogados Criminalistas da OAB/PR. Informações e inscrições: [www.oabpr.org.br/esa](http://www.oabpr.org.br/esa) ou telefone (043) 3294-5900.

07 ABR 2015

## FOLHA DE LONDRINA INFORME

### **PEC dos Diplomas**

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 206/2012, conhecida como PEC dos Diplomas, que restitui a obrigatoriedade dos diplomas para os Jornalistas, irá à votação hoje na Câmara dos Deputados. Desde 1969 o diploma era obrigatório para o exercício da profissão, mas o STF, em 2009, derrubou este dispositivo após uma longa disputa judicial. Para o deputado federal Marcelo Belinati (PP), que se diz a favor do diploma, “um ponto importante defendido pelas entidades de classe é que com esta regulamentação poderá ser também criado o Conselho Federal dos Jornalistas (CFJ). Com a exigência do diploma de curso superior para o exercício da profissão, terão mais força para colocar em prática o CFJ, como um órgão de autorregulamentação da profissão e de fiscalização do exercício profissional”.



07 ABR 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### Dilma deve anunciar novo ministro do STF hoje

**Brasília** - O nome do 11º ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser anunciado pela presidente Dilma Rousseff até hoje segundo fontes do governo e do Judiciário. No momento, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão aparece como um dos favoritos para a vaga aberta após a aposentadoria de Joaquim Barbosa. Nos últimos tempos, Salomão figurou de forma discreta na lista de cotados, ao lado dos colegas de tribunal Mauro Campbell, Herman Benjamin e Benedito Gonçalves. O jurista Luiz Fachin, do Paraná, é bem visto no Planalto, mas desagradou o PMDB, partido que comanda a Câmara e o Senado. Caberá aos senadores aprovar a indicação de Dilma, em sabatina.

Ainda consta na lista o jurista Clémerson Clève e o tributarista Heleno Torres - que conta com o apoio do presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski.

07 ABR 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

JOSÉ RENATO NALINI

# Um caminho sem violência

**O**s conflitos são ínsitos à convivência humana. Desde a pré-História, a vontade de um homem sobrepor-se ao outro, dominá-lo, fazê-lo submeter-se à sua vontade é expressão do lado instintivo da criatura que se arroga pertencer à única espécie racional.

Se isso aconteceu no decorrer de toda a trajetória humana sobre este sofrido planeta, não é diferente neste século 21. Quem aguardava o século do ócio, o lazer institucionalizado, pois a tecnologia nos permitiria trabalhar menos e fruir as benesses existenciais, se desiludiu. Nunca se trabalhou tanto nem deixaram de acontecer lastimáveis episódios de explícita desumanidade. Em todos os espaços, em todas as dimensões.

Lutas fratricidas continuam a ocorrer. O fundamentalismo seduz uma juventude sem perspectivas saudáveis. A falta de crença em dias melhores, prenes de oportunidades para a promessa de um estágio civilizatório superior ao atual, o moço, precocemente desiludido, opta pelo caminho transgressor. Quando não, mergulha na auto-destruição das drogas.

A educação converteu-se em adestramento para a competitividade. A falta de humanismo adiciona-se uma formação egoística e superficial. É suficiente adquirir treinamento técnico, a profundidade resultante de assimilação do conhecimento e consequente reflexão foi descartada. Aulas prelecionadas ministradas para coletivos heterogêneos são tão desinteressantes que o horário a elas reservado é preenchido pelas rodas nos bares. As adjacências das universidades foram convertidas em guetos para consumo de álcool e outras drogas virtualmente proibidas.

**'Pinheirinho' evidenciou a situação primitiva do equipamento estatal que soluciona conflitos**

Aboliram-se a polidez, a cordialidade, a boa educação de berço. A disciplina traumatiza e o lar deixou de assumir o treino social da prole. Até com escusas compreensíveis por alguns que não perderam a capacidade de questionar se o abandono de tais ensinamentos é correto: "Não vou criar meu filho como uma ilha, num oceano de insensatez! Para sobreviver ele deve saber reagir à violência escancarada e prestigiada!". Violência física, mas também violência moral, da insensibilidade, da indiferença, da invisibilidade a que condenamos aquilo que um dia se chamou "próximo" ou "semelhante".

A egolatria produziu um efeito facilmente constatável. O sistema de Justiça foi o alvo da busca desenfreada por direitos e interesses. A era de abundância dos direitos não tem sua correspondente preocupação com deveres, obrigações e responsabilidades. Todos só têm direitos. Invoca-se a profecia de Norberto Bobbio: "A Era dos Direitos". E haja equipamento judicial para atender aos mais de 100 milhões de processos numa nação de pouco mais de 200 milhões de habitantes.

O enfrentamento desse inenunciável número de ações judiciais implicaria, na visão tradicional, a multiplicação das estruturas materiais e pessoais. Algo de impossível concretização num momento em que a queda de arrecadação evidencia a recessão, a estagnação e a incrível consecução de um PIB negativo.

A criatividade impõe a adoção de alternativas. A busca de negociação, rumo à difícil obtenção da paz, num ambiente de verdadeira guerra de interesses. Não é dos mais convincentes o discurso da ética. A decisão judicial é sempre heterônoma à vontade das partes, uma invasão do Estado-juiz na intimidade dos envolvidos numa pugna jurídica. Já a composição consensual das controvérsias representa um protagonismo autônomo: as partes atuam, dialogam, entendem a posição do outro. Ao alcançarem um acordo, este é superiormente ético à decisão judicial. Com o acréscimo de que esta põe fim à demanda, nem sempre ao conflito.

Alguns nichos de discórdia merecem especial atenção. Repercutem as pendências entre detentores do direito à moradia, convertido em bem fundamental, e os titulares dominiais, os proprietários. O episódio conhecido como "Pinheirinho" obteve repercussão internacional e evidenciou aos admiradores de um dos membros do Bric a situação ainda primitiva do equipamento estatal encarregado de solucionar conflitos.

Foi pensando nisso que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) formou um grupo de apoio para auxiliar os interessados nas reintegrações e em outros procedimentos fundiários, que possam resultar em nefasta violência e em acirramento de ânimos entre ideologias bem consolidadas.

**CONTINUA**

07 ABR 2015

## O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

É uma tentativa de encontrar um caminho sem violência para questões nevrálgicas, sitiadas por antagonismos nem sempre conciliáveis. E isso se faz sem nenhuma interferência na inviolável consciência do juiz que tem a atribuição de decidir. Apenas quando ele solicita o apoio desse grupo heterogêneo e interdisciplinar é que a equipe atua. E atua de que maneira? Estabelecendo diálogo, promovendo reuniões, permitindo a argumentação, o exercício da persuasão, tudo o que ainda não existe na Justiça convencional, mas é o rumo inevitável de um novo Judiciário, atento às necessidades da Nação.

Mas não é fácil evidenciar que o Judiciário existe para solucionar problemas, não para torná-los ainda mais graves. Há quem sustente que propiciar um momento de reflexão antes do cumprimento inflexível da ordem judicial de desocupação de uma área, com risco de morte para famílias, crianças e líderes de movimentos populares, é lesivo à independência judicial.

Há um longo caminho a ser percorrido até que todo o universo jurídico, fruto de uma formação tradicional e conservadora, compreenda que o mundo mudou. A Justiça é equipamento estatal destinado a reduzir aflições, sofrimentos, pesares e angústias. Não é apenas expressão da soberania estatal, mas também serviço público. Sustentado pelo povo. Tem singular missão a cumprir num Estado-nação de tanta injustiça e desigualdade. E o juiz foi exortado a observar também o consequencialismo, artigo 25 do Código de Ética da Magistratura Nacional editado pelo CNJ.

Até que se assimile a nova consciência ética da magistratura, e de todas as demais carreiras jurídicas, ainda assistiremos a muita violência perpetrada sob os auspícios da lei.



# O ESTADO DE S. PAULO

## Nome de novo ministro do STF deve ser indicado hoje

07 ABR 2015

A presidente Dilma Rousseff deve indicar hoje o nome do 11.º ministro do Supremo Tribunal Federal, segundo fontes do governo e do Judiciário. O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão aparece como um dos favoritos para a vaga aberta após a aposentadoria de Joaquim Barbosa. Nos últimos tempos, Salomão figurou de forma discreta na lista de cotados, ao lado dos colegas de tribunal Mauro Campbell, Herman Benjamin e Benedito Gonçalves.

O jurista Luiz Fachin, do Paraná, é bem visto no Planalto, segundo fontes, mas desagrada o PMDB, partido que comanda a Câmara e o Senado. Caberá aos senadores a aprovação do indicado de Dilma, em sabatina.

Dois emissários do governo levaram à cúpula do PMDB o nome de Fachin. Contudo, os peemedebistas consideram-no extremamente ligado ao PT e ao MST e, nos bastidores, dizem que podem trabalhar para derrotar a indicação da presidente. Por outro lado, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) tem defendido a indicação de Fachin publicamente.

O PMDB apoia a indicação de Salomão e também o nome do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Coêlho. Segundo um auxiliar de Dilma, “é possível” que o escolhido seja do STJ.

Ainda consta na lista de favoritos o jurista Clèmerson Clève, próximo aos ministros do STF Gilmar Mendes e Teori Zavascki, e o tributarista Heleno Torres – que conta com o apoio do presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski.

Na quinta-feira, Dilma anunciou a escolha de um novo ministro para o STJ, o magistrado Reynaldo Fonseca. A nomeação para o STF estava prevista para acontecer também na semana passada, mas foi adiada à espera do retorno de Lewandowski de uma viagem oficial à China.

**‘Omissão’.** Acusada de “omissão” por ministros do Supremo

pela demora na escolha do novo integrante da Corte – o cargo está vago desde agosto –, a presidente Dilma Rousseff acumula uma série de pendências na indicação de conselheiros, diretores de agências reguladoras e outras funções da administração federal. /

**RAFAEL MORAES MOURA, BEATRIZ BULLA, TALITA FERNANDES e R.B.**

07 ABR 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

# Lava Jato e legislação processual

**A**s discussões travadas em 2014 nas reuniões da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lava-gem de Dinheiro (Enccla) estimularam a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) a apresentar ao Congresso a minuta de um projeto de lei que altera o Código de Processo Penal, permitindo a prisão de acusados de crimes graves antes de condenação definitiva pela Justiça. Constituída por 60 órgãos, como Ministério Público, Judiciário, Tribunal de Contas da União, Comissão de Valores Mobiliários, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Banco Central e Agência Brasileira de Inteligência, o Enccla é um sistema de ação articulada dos Três Poderes para o combate à corrupção.

A ideia da Ajufe é assegurar “maior eficácia às sentenças condenatórias no processo penal”, estabelecendo sanções pecuniárias para quem usar recursos judiciais com o objetivo de retardar a tramitação de ações criminais. “Ao proferir sentença condenatória por crimes hediondos, de tráfico de drogas, tortura, terrorismo, corrupção ativa ou passiva, peculato e lavagem de dinheiro, (...) o juiz decidirá sobre a manutenção ou a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta”, diz um dos artigos da proposta da entidade.

Com apoio dos procuradores

da República que atuam na Operação Lava Jato e do juiz federal responsável pelo caso, Sérgio Moro, a Ajufe também propõe que os réus condenados em primeira instância permaneçam presos durante a fase de apelação à segunda instância e aos tribunais superiores. “O condenado deverá ser conservado na prisão, se não tiverem cessado as causas que motivaram a decretação ou a manutenção de sua prisão antes do julgamento”, diz a minuta. A entidade lembra que, nos Estados Unidos e na França, as apelações de condenações criminais não têm efeito suspensivo como regra. “Não adianta ter boas leis penais se sua aplicação é deficiente, morosa e errática. No Brasil, contam-se como exceções processos contra crimes de corrupção e de lavagem que alcançaram bons resultados. Em regra, os processos duram décadas para ao final ser reconhecida alguma nulidade arcana ou a prescrição pelo excesso de tempo transcorrido”, disse o presidente da Ajufe, Antonio Cesar Bochenek, em artigo escrito em parceria com Moro e publicado no **Estado**.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) considerou a proposta inconstitucional. Segundo a entidade, por constituir uma cláusula pétrea, a presunção de inocência prevista pelo inciso LVII do artigo 5.º da Constituição não pode ser modificada nem por meio de Proposta de Emenda Constitucional. O Conselho Federal da OAB também afirma que a

Constituição é taxativa ao determinar, no mesmo inciso, que “ninguém será considerado culpado até o trânsito julgado de sentença penal condenatória”.

A polêmica entre a Ajufe e a OAB, relativa a uma questão técnica de direito penal, mereceu destaque na imprensa por causa da Lava Jato, mas a discussão é antiga. Em muitos países democráticos, a prisão de réus acusados de crimes graves só é permitida depois do julgamento de segunda instância, quando se discute matéria de fato – nos tribunais superiores os recursos discutem basicamente direito positivo, não examinando provas. “A presunção de inocência, que militaria em favor do réu, fica assim fortemente abalada diante de duas condenações”, diz o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Carlos Mário Velloso, que também lembra que esse entendimento foi aceito pela Corte durante décadas.

Velloso concorda com a crítica da Ajufe. Aguardar o trânsito em julgado de ações criminais contribui para a impunidade, uma vez que o número exagerado de recursos e a lentidão judicial podem levar à prescrição, afirma. Contudo, discorda da entidade, que defende que a prisão possa ser determinada após a condenação de primeira instância, sem esperar o julgamento de segunda instância, que também discute provas. O sensato entendimento do ex-ministro é que deveria prevalecer no debate sobre mudanças na legislação processual penal.

07 ABR 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## Ex-juiz de Eike devolve R\$ 599 mil à Justiça

Após ser denunciado pelo MPF, Flávio Roberto de Souza devolveu parte dos valores desviados; ele é acusado de peculato e falsidade ideológica

Mariana Sallowicz  
Mariana Durão / RIO

Após ter sido afastado da 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro e do processo contra o empresário Eike Batista, o juiz federal Flávio Roberto de Souza foi denunciado à Justiça pela Procuradoria Regional da República da 2ª Região, unidade do Ministério Público Federal (MPF). O magistrado é acusado dos crimes de peculato (desvio de bens públicos por servidor) e falsidade ideológica, além de extravio e inutilização de documentos em atos processuais vinculados à Operação Monte Perdido, deflagrada pela Polícia Federal em junho de 2013 e que prendeu um traficante espanhol.

As ações do juiz começaram a ser investigadas após ele ter sido flagrado dirigindo o Porsc Cayenne apreendido, a seu pedido, na casa de Eike.

De acordo com o MPF, parte do valor desviado da operação foi usada pelo juiz na compra de um veículo Land Rover Discovery blindado. Souza também adquiriu o apartamento onde mora atualmente, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio, por R\$ 650 mil. Em um primeiro momento, ele desviou R\$ 290,5 mil, depositados na Caixa e à disposição da Justiça e, na segunda oportunidade, se apropriou de US\$ 150,6 mil e € 108,1 mil.

Parte dos recursos em moedas estrangeiras foi convertida por meio de uma casa de câmbio para a compra do imóvel.

O Estado tentou contato com Renato Tonini, advogado de Souza, mas não obteve retorno. O Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região informou que o representante do

Imóvel

### R\$ 650 mil

foi o valor pago pelo juiz Flávio Roberto de Souza, com dinheiro desviado, para comprar seu apartamento na Barra da Tijuca, no Rio

juiz apresentou ontem à tarde guia de depósito de R\$ 599 mil, referentes à devolução de quase 100% dos valores em moeda estrangeira apropriados indevidamente pelo juiz.

De acordo com informação da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, a diferença relativa ao desvio ainda será objeto de procedimento administrativo, na tentativa de pressionar Souza a ressarcir o dinheiro. A denúncia do MPF contra Souza foi apresentada ao TRF no último dia 31. O próximo passo é o tribunal decidir se recebe a denúncia e abre processo penal.

**Traficante.** Na Operação Monte Perdido, o traficante de drogas espanhol Oliver Ortiz de Zarate Martín, que atuava na América do Sul, Oceania e Europa, foi preso e mais de R\$ 22 milhões em imóveis, veículos e dinheiro em espécie foram apreendidos. A ação penal contra o traficante ficou a cargo da 3ª Vara Criminal, da qual Souza era titular.

Segundo o MPF, o magistrado cometeu falsidade ideológica ao proferir no processo decisões que lhe permitiram desviar recursos públicos em duas situações ligadas à operação. Na primeira, desviou R\$ 290,5 mil depositados na Caixa à disposição da Justiça – parte do va-

lor foi usada na compra da Land Rover Discovery. Além disso, teria cometido peculato e falsidade ideológica para se apropriar, em 5 de fevereiro, de US\$ 150,6 mil e € 108,1 mil.

Na última quinta-feira, o carro do juiz – adquirido por R\$ 148,6 mil – foi apreendido pela Polícia Federal, a pedido do MPF. O magistrado conduzia ações penais contra Eike por crimes contra o mercado de capitais. Além da condenação criminal, o MPF pede na denúncia que Souza seja destituído do cargo público ou tenha cassada uma eventual aposentadoria.

07 ABR 2015

## JORNAL DO ÔNIBUS

### STJ nega liberdade para Renato Duque

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou nesta segunda-feira (6) um pedido de liberdade apresentado pelo ex-diretor da Petrobras Renato Duque, preso desde o dia 16 março no Paraná, por suposta participação no esquema de corrupção na estatal. Ele já havia sido solto uma vez, em dezembro, mas voltou à prisão no mês passado.

A defesa queria a revogação da prisão preventiva, alegando que ele não teria cometido nenhuma conduta que justificasse a medida. Afirmou que o mandado de prisão, expedido pelo juiz Sérgio Moro, que conduz os processos na Justiça Federal, teria os mesmos argumentos que já foram refutados pelo STJ, que chegou a soltar Duque em dezembro. ☛

## Notas políticas

### Convite Sérgio Moro

Os deputados José Priante (PMDB-PA) e João Arruda (PMDB-PR) aprovaram requerimento na comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado para convidar o juiz federal Sérgio Moro para audiência pública a ser marcada com o objetivo de debater a morosidade do processo penal e a impunidade em razão deste atraso. Se aceitar o convite, Moro será questionado pelos deputados sobre a Operação Lava Jato.

### Pelo interesse público

O líder da base de apoio ao governo na Assembleia, deputado Luiz Claudio Romanelli condenou ontem em discurso na tribuna, a tentativa dos deputados de oposição de criminalizar o governador Beto Richa por possíveis ilícitos cometidos pelo empresário Luiz Abi. "Vivemos uma época de assassinatos de reputações", disse Romanelli.

07 ABR 2015

BEMPARANÁ

# Araucária implanta Patrulha Maria da Penha

Inspiração veio do modelo curitibano, que começou em março de 2014 e já atendeu mais de 3,5 mil curitibanas

A secretária municipal da Mulher, Roseli Isidoro, recebeu ontem as secretárias da Segurança Pública e da Assistência Social do município de Araucária. Elas vieram buscar informações sobre a Patrulha Maria da Penha, que está sendo implantada na cidade vizinha.

A assistente social e assessora técnica da Secretaria da Mulher Marisa Mendes falou sobre os resultados do trabalho da Patrulha Maria da Penha, implantada em março de 2014, e que atendeu mais de 3,5 mil mulheres que possuem medidas protetivas expedidas pelo Judiciário e vêm sendo monitoradas diariamente pelo serviço.

A secretária da Segurança Pública de Araucária, Rita Oliveira, que esteve no lançamento da Patrulha Maria da Penha, em março de 2014, disse que

desde o início se encantou com o projeto. "Conversei com a secretária Roseli Isidoro sobre o modelo implantado em Curitiba com a Guarda Municipal e então percebi que o mesmo seria viável também em nosso município".

Ivana Chemello Opis, secretária da Assistência Social de Araucária, contou que a Patrulha Maria da Penha da cidade de Araucária foi lançada no dia 7 de março, por ocasião das comemorações do mês da mulher. "Já contamos com uma viatura plotada com o nome da Patrulha Maria da Penha. Agora o que nos falta é capacitar nossos guardas municipais e, para isso, contamos com a equipe técnica da Secretaria da Mulher de Curitiba que nos oferece toda sua expertise para a implantação do nosso projeto", adiantou.



# 07 ABR 2015

## BEMPARANÁ

### Lava Jato

#### Justiça começa a ouvir empreiteiros

A Justiça Federal no Paraná marcou os interrogatórios dos acusados em seis ações penais propostas pelo Ministério Público Federal em dezembro de 2014 contra dirigentes das empreiteiras Camargo Corrêa, UTC Engenharia, OAS, Mendes Júnior, Engevix e Galvão Engenharia por suposta participação em esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da Petrobrás.

Os empreiteiros foram presos no dia 14 de novembro de 2014, quando a Polícia Federal e o Ministério Público Federal deflagraram a Juízo Final, sétima fase da Operação Lava Jato. A Juízo Final mirou o braço empresarial do esquema de propinas na estatal petrolífera.

Os dois principais delatores da Lava Jato, Paulo Roberto Costa - ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás - e o doleiro Alberto Youssef serão interrogados em audiência conjunta nas ações penais nos dias 28 e 29 de abril. Nos dias 4, 6, 8, 11 e 13 de maio serão ouvidos os demais acusados. Também entre eles o ex-diretor de Internacional da Petrobrás Nestor Cerveró e Fernando Antônio Falcão Soares, este apontado como lobista do PMDB na estatal.

#### Comissionados

O Tribunal de Contas vai padronizar sua interpretação sobre a utilização de cargos comissionados e funções de confiança na administração pública do Estado. A pedido do Ministério Público de Contas e do Ministério Público Estadual, o presidente do TCE-PR, conselheiro Ivan Bonilha, determinou a abertura de análise para fixar referências de aplicação da Constituição Federal. O relator do processo será o conselheiro Fernando Guimarães.

07 ABR 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ

# AGORA TEM

# DISCUSSÃO

Governo do Estado envia novo projeto de reforma da previdência à Assembleia

O governo do Paraná encaminhava ontem à Assembleia Legislativa um novo projeto com mudanças no sistema de previdência dos funcionários públicos do Estado. A reforma da ParanaPrevidência volta a ser analisada pelos deputados estaduais após a grande polêmica gerada pela primeira versão do projeto, retirada após a ocupação do plenário por manifestantes, em fevereiro.

O novo projeto prevê que o pagamento de 33 mil servidores com idade acima de 73 anos passará a ser realizado pelo Fundo Previdenciário da ParanaPrevidência - uma espécie de "poupança" que vem sendo formada pelo estado desde o governo Jaime Lerner. Hoje, esses inativos são pagos com recursos do tesouro estadual.

A reforma irá economizar R\$ 125 milhões por mês do caixa do governo. O projeto anterior, que previa a fusão do Fundo Previdenciário com o Fundo Financeiro, gerava uma economia mensal de R\$ 250 milhões. Hoje, o estado gasta por mês cerca de R\$ 300 milhões com o pagamento de aposentados e pensionistas.

O projeto anterior gerou revolta entre os funcionários públicos, pois na prática acabava com a "poupança" do estado em três anos. A medida foi um dos motivos da greve dos professores estaduais, que atrasou em um mês o início do ano letivo nas escolas.

Desta vez, o governo diz que a proposta foi "discutida exaustivamente". O texto seguirá os trâmites normais da assembleia, com análise das comissões e audiência pública, marcada para o início da tarde de amanhã. Ao contrário do projeto anterior, que o governo tentou aprovar no regime de comissão geral, o chamado "tratoço", que foi extinto após a confusão. "Fizemos da maneira mais democrática possível", diz o chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra.

Para garantir que o pagamento dos aposentados ocorrerá regularmente, o governo também se comprometeu a investir mais R\$ 1 bilhão no Fundo Previdenciário - o dinheiro provavelmente virá dos royalties pagos por Itaipu. Pelo projeto, o dinheiro poderá ser pago no Fundo Previdenciário até 2021. Segundo o governo, as medidas garantem que a "poupança" do estado, desse modo, vai durar 29 anos.

07 ABR 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ

# PROCESSO

# ABERTO

Comissão  
de Ética da  
Assembleia  
nomeia relator  
do caso  
Nelson Justus

Euclides Lucas Garcia

**E**m reunião na manhã de ontem, o Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Paraná escolheu o Missionário Ricardo Arruda (PSC), corregedor da Casa, como relator do caso envolvendo o deputado Nelson Justus (DEM). Agora, Justus será noticiado oficialmente da abertura do processo contra ele e terá cinco sessões plenárias para apresentar defesa.

Logo após a reunião, Arruda disse que vai contar com a ajuda dos seus advogados para analisar as mais de 7 mil páginas da denúncia criminal oferecida contra Justus pelo Ministério Público Estadual (MP), por supostas irregularidades que ele teria cometido enquanto presidiu a Casa entre 2007 e 2010. “Vamos dar uma resposta dentro do prazo estabelecido. Se [o deputado Nelson Justus] tiver que ser punido, isso será feito. E se tiver que ser inocentado, isso também será feito”, afirmou o parlamentar do PSC.

De acordo com o regimento interno da Casa, depois de Justus apresentar defesa, Arruda terá outras cinco sessões para finalizar o parecer, que será votado posteriormente pelo conselho. Caso se opte pelo arquivamento do processo, a decisão será lida em plenário apenas para dar ciência aos demais deputados. Se o encaminhamento for pela imposição de alguma sanção a

Justus, o relatório será votado no plenário. Uma eventual cassação só acontecerá com voto - secreto - da maioria dos 54 parlamentares.

## DENÚNCIA

Ao lado de 31 pessoas ligadas a seu gabinete, Justus, que atualmente preside a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foi denunciado em fevereiro pelo MP sob a acusação dos crimes de formação de quadrilha, peculato (desvio de recursos públicos), falsidade ideológica e lavagem de dinheiro, referentes ao escândalo dos Diários Secretos. Na denúncia, o parlamentar, junto com assessores próximos, é acusado de usar funcionários fantasmas em um esquema de desvio de dinheiro dos cofres públicos. Além disso, o MP cita o caso de servidores lotados na presidência da Assembleia que seriam, na verdade, agentes políticos de Justus no interior. Por fim, o órgão acusa o deputado e seus assessores de lavarem dinheiro com a venda e compra de veículos.

Na única vez em que falou sobre o caso, na semana passada, Justus negou as acusações. “Acho ótimo [a denúncia ter chegado à Assembleia]. Aliás, provoqueei isso para que chegasse o mais rápido possível. Agora, não só o Conselho de Ética como também o Judiciário tem que se pronunciar”, afirmou. “Quem vai dar a resposta [sobre a minha inocência] é a Justiça, não sou eu.”

07 ABR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

# Abi seria dono de oficina

Investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) aponta que o empresário Luiz Abi Antoun, primo do governador Beto Richa (PSDB), seria o verdadeiro dono da oficina Providence. Segundo o depoimento do contator José Wilson de Souza, ele arcou com todos os custos da empresa. Souza declarou, também, que "sempre soube" que Abi era proprietário da oficina. As informações são da RPC TV.

De acordo com o Gaeco, Abi injetou R\$ 423,8 mil na Providence entre março de 2013 - quando a empresa foi fundada - e fevereiro de 2015. O repasse foi feito através da empresa KLM, que, nominalmente, pertence a seu filho, mas, segundo as investigações, também seria controlada pelo próprio empresário. Esse valor foi repassado em dinheiro vivo, e pode ter sido ainda maior.

A reportagem informou, também, que o Gaeco suspeita que Ernani Delicato, diretor do Departamento de Transportes Oficiais (Deto), estaria articulando a subcontratação da Providence pela vencedora da nova licitação para a manutenção de veículos do governo, a empresa JMK.

Em nota, o governo do estado declarou à RPC TV que o contrato com a empresa Providence está suspenso desde o dia 17 de março, e passa por auditoria.